



S.

R.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Relatório de Gestão e Contas

do

Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial

2021



S. R.
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Índice

1. Nota introdutória	4
2. Enquadramento.....	4
3. Atividades Desenvolvidas	7
3.1. Candidaturas apresentadas	8
3.2. Avaliação de candidaturas.....	10
3.3 Contratos de Financiamento.....	13
3.4. Situação das candidaturas 2009-2021	16
4. Sistema de Gestão do Fundo	17
5. Análise Orçamental, Económica e Financeira.....	18
5.1. Análise Orçamental	18
5.2. Demonstrações Financeiras	23
6. Síntese conclusiva.....	28
Anexos	30
Demonstrações Financeiras	30
Anexo às Demonstrações Financeiras.....	35
Demonstrações Orçamentais.....	42



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Índice de Quadros e Gráficos

Quadro 1 - Evolução das candidaturas apresentadas (2009 – 2021)	8
Gráfico 1 – Distribuição das candidaturas por Ministério -2021	8
Quadro 2 - Distribuição de candidaturas por distrito – 2021	9
Quadro 3 - Distribuição de candidaturas por âmbito – 2021	9
Quadro 4 – Candidaturas Aprovadas – 2021	10
Quadro 5 – Reapreciação de Candidaturas	10
Quadro 6 – Candidaturas arquivadas	11
Quadro 7 – Candidaturas pendentes ou em análise, por ministério	11
Quadro 8 – Contratos de Financiamento	13
Quadro 9 – Candidaturas aprovadas sem contrato	14
Gráfico 2 - Decomposição das candidaturas apresentadas até 31 de dezembro de 2021	16
Quadro 10– Ponto de situação das candidaturas	16
Quadro 11 - Execução da Receita	18
Quadro 12 – Proveniência da receita efetiva	19
Quadro 13 – Evolução da Receita (2020-2021)	19
Gráfico 3- Evolução da receita por agrupamentos (2020 e 2021)	19
Quadro 14 - Execução da Despesa	20
Quadro 15 – Evolução da despesa	21
Gráfico 4- Evolução da despesa (2020 a 2021)	21

Lista de abreviaturas

ACT	Autoridade para as Condições do Trabalho
AT	Autoridade Tributária e Aduaneira
ADE	Administração Direta do Estado
AIE	Administração Indireta do Estado
ANBA	Academia Nacional de Belas Artes
BNP	Biblioteca Nacional de Portugal
CHO	Centro Hospitalar do Oeste, E.P.E.
CPL	Casa Pia de Lisboa
CHPL	Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa
CEDIC	Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo
DGLAB	Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas
DGPC	Direção-Geral do Património Cultural
DGTF	Direcção-Geral do Tesouro e Finanças
DRAP Alentejo	Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo
DRAP Algarve	Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve
DRAP LVT	Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo
DRAPN	Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte
DRC Norte	Direção Regional de Cultura do Norte
EPE	Entidades Públicas Empresariais
ESPAP	Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I. P.
FRCP	Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial
GNR	Guarda Nacional Republicana
HDFE.E.P.E	Hospital Distrital Figueira da Foz, E.P.E
IEFP	Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P.
IGF	Inspeção Geral de Finanças
IPLeiria	Instituto Politécnico de Leiria
MAI	Ministério da Administração Interna
MA	Ministério da Agricultura
MAAC	Ministério do Ambiente e da Ação Climática
MDN	Ministério da Defesa Nacional
ME	Ministério da Economia
ME	Ministério da Educação e Ciência
MF	Ministério das Finanças
MJ	Ministério da Justiça
MM	Ministério do Mar
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros
MS	Ministério da Saúde
MTSSS	Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
PCM	Presidência do Conselho de Ministros
PRA	Programa de Remoção de Amianto
PSP	Polícia de Segurança Pública
RC	Reabilitação e Conservação
SEF	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
SGPCM	Secretaria-Geral do Ministério da Presidência do Conselho de Ministros
SGMAI	Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna
SGEC	Secretaria-Geral da Educação e Ciência
SGMF	Secretaria-Geral do Ministério das Finanças
SGMTSSS	Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
TC	Tribunal de Contas
UGP	Unidade de Gestão Patrimonial



S. R.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

1. Nota introdutória

O relatório de gestão e contas do Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial (FRCP), é elaborado em cumprimento do disposto no artigo 2.º do seu Regulamento de Gestão, aprovado pela Portaria n.º 293/2009, de 24 de março, que determina ainda que o mesmo deverá ser presente ao Senhor Secretário de Estado do Tesouro, após emissão de parecer da Inspeção-Geral de Finanças.

O presente documento apresenta uma visão da situação económica e financeira relativa ao exercício, espelhando, também, as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos durante o ano de 2021, atentos os objetivos e ações definidos no respetivo plano de atividades.

2. Enquadramento

O Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial foi criado pelo Decreto-Lei n.º 24/2009, de 21 de janeiro¹, tendo por objeto e finalidade o financiamento das operações de recuperação, de reconstrução, de ampliação, de adaptação, de reabilitação e de conservação dos imóveis da propriedade do Estado.

O FRCP tem a natureza de património autónomo sem personalidade jurídica, dotado de autonomia administrativa e financeira, nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 24/2009, regendo-se a sua atividade nos termos do Regulamento de Gestão já referido.

O financiamento provém, essencialmente, da receita proveniente de contrapartidas recebidas em virtude da implementação do princípio da onerosidade², receitas resultantes da alienação, da oneração, cedência de utilização e do arrendamento de bens imóveis do Estado, e de rendimentos provenientes de aplicações financeiras.

Podem ser beneficiários de financiamento do Fundo os serviços utilizadores dos imóveis do Estado que apresentem a respetiva candidatura, devendo, no entanto, os projetos estar enquadrados no âmbito dos planos de conservação e reabilitação relativos aos imóveis que lhe estão afetos, elaborados em cumprimento do disposto no Programa de Gestão do Património Imobiliário do Estado, com exceção das seguintes situações:

- Os imóveis classificados da propriedade do Estado não afetos ao funcionamento de serviços públicos;
- Os imóveis da propriedade do Estado utilizados pelas entidades a favor dos quais reverta integralmente o produto da alienação e oneração do património do Estado;
- As obras de conservação ou beneficiação que sirvam apenas para modernização das instalações;
- As obras em imóveis disponíveis para alienação;

¹ Alterado pelo artigo 170.º da Lei do Orçamento do Estado para 2013 (Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro)

² Nos termos previstos na alínea a) do artigo 7.º da Portaria n.º 278/2012, de 14 de setembro, alterada pela Portaria n.º 222-A/2016, de 12 de agosto, pela Portaria n.º 397/2019, de 21 de novembro e Portaria n.º 309-D/2020, de 31 de dezembro.

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

- As operações de intervenção cujo orçamento global seja inferior a 100.000€, salvo obras urgentes ou prioritárias face à gravidade extrema das deficiências de solidez, segurança e salubridade do imóvel ou à sua especial localização.

O financiamento é a fundo perdido, podendo atingir 80% do custo estimado da operação de intervenção. Pode ser atribuída uma comparticipação financeira de percentagem superior, nas situações de obras urgentes ou prioritárias face à gravidade extrema das deficiências de solidez, segurança e salubridade do imóvel ou à sua especial localização.

Podem ainda ser beneficiários de financiamento do Fundo os institutos públicos e as empresas públicas do setor empresarial do Estado, ao abrigo “Programa de Remoção de Amianto”, de acordo com o estipulado na Lei do Orçamento do Estado e nas condições definidas na norma, sendo também viável financiamento reembolsável da verba que não seja financiada a fundo perdido.

As condições de atribuição e suspensão do financiamento pelo Fundo, bem como os demais direitos e deveres das partes, são reduzidos a escrito no contrato de financiamento.

Nos termos do Regulamento compete às Unidades de Gestão Patrimonial a apresentação à Comissão Diretiva do Fundo das candidaturas elaboradas pelos Serviços. Compete-lhe ainda, efetuar o acompanhamento do contrato de financiamento, designadamente, aferir do cumprimento do projeto de execução da obra, e informar a Comissão Diretiva nas várias fases do projeto, tendo em vista o desembolso da comparticipação financeira, sendo as operações materiais de fiscalização e acompanhamento da obra reduzidas a auto.

O Fundo é gerido por uma Comissão Diretiva, constituída em conformidade com o Decreto-Lei n.º 24/2009, de 21 de janeiro, sendo presidida, por inerência, pela Diretora Geral do Tesouro e Finanças, e os restantes membros da comissão diretiva nomeados por despacho do membro do Governo responsável pela área das finanças:

- Presidente da Comissão Diretiva - Dr.ª Maria João Araújo - Diretora Geral do Tesouro e Finanças³
- Vogal da Comissão Diretiva⁴ – Arq.º Miguel Marques dos Santos, Subdiretor-Geral do Tesouro e Finanças
- Vogal da Comissão Diretiva⁴ – Dr.ª Liliana Andreia da Fonseca Lourenço, técnica superior especialista em orçamento e finanças públicas do quadro de pessoal da Direção-Geral do Tesouro e Finanças

A Comissão Diretiva é responsável por assegurar as relações do Fundo com o Conselho de Coordenação de Gestão Patrimonial e com as Unidades de Gestão Patrimonial, com os Serviços utilizadores dos imóveis e com a Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), bem como apreciar, hierarquizar e aprovar as candidaturas apresentadas e proceder ao acompanhamento da execução das operações financiadas.

³ Despacho n.º 4814/2020, 3 de abril de 2020, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 79 de 22 de abril

⁴ Despacho do Secretário de Estado do Tesouro de 27.12.2017



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

O Fundo não dispõe de recursos humanos próprios, sendo a DGTF que presta à comissão diretiva o apoio técnico, administrativo e logístico necessário ao respetivo funcionamento.

Os recursos humanos afetos ao Fundo registaram desde julho de 2020 uma redução significativa ⁵, tendo sido encetado pela DGTF um procedimento para dotar o Fundo dos recursos necessários à concretização dos seus objetivos o qual só veio a produzir efeitos em abril de 2021.

⁵Nesta data os recursos humanos ficaram reduzidos a um técnico superior em regime de tempo inteiro e um técnico superior a tempo parcial na área financeira, na parte respeitante à contabilidade, ficando desprovido de técnicos superiores para a análise técnica das candidaturas.

3. Atividades Desenvolvidas

No ano de 2021, foram realizadas dezanove reuniões da Comissão Diretiva, das quais foi lavrada a competente ata, para apreciação dos assuntos que competem a este órgão. Os temas apreciados incidiram sobre a análise, apreciação e aprovação das candidaturas submetidas ao Fundo, as decisões de financiamento das candidaturas aprovadas e ainda a gestão e programação financeira do Fundo.

No âmbito das matérias apreciadas, identificam-se os seguintes pontos:

- Apreciação e aprovação da reaplicação de verbas de CEDIC- Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo e ainda da retenção dos respetivos juros;
- Aprovação do montante a financiar de quinze candidaturas;
- Aprovação da alteração do montante a financiar de onze candidaturas, incluindo cinco aprovadas em anos anteriores;
- Aprovação de nove contratos de financiamento;
- Apreciação e autorização dos pedidos de comparticipação apresentados pelas entidades, na sequência dos contratos de financiamento celebrados em execução;
- Apreciação de processos de despesa no contexto do fecho orçamental de 2020;
- Apreciação e aprovação do relatório de gestão e contas de 2020 e restantes documentos de prestação de contas respeitantes ao ano económico de 2020;
- Apreciação e aprovação dos relatórios trimestrais da execução orçamental respeitantes a 2021;
- Aprovação da proposta de orçamento do Fundo para 2022;

A atividade desenvolvida em 2021 integrou um conjunto de projetos e ações, que se encontravam definidos no respetivo plano de atividades e cujos resultados alcançados se encontram sustentados e sintetizados nos pontos seguintes.

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

3.1. Candidaturas apresentadas

3.1.1. Evolução das candidaturas apresentadas

O quadro 1 ilustra a evolução na atividade do Fundo, em termos de candidaturas apresentadas.

Quadro 1 - Evolução das candidaturas apresentadas (2009 – 2021)

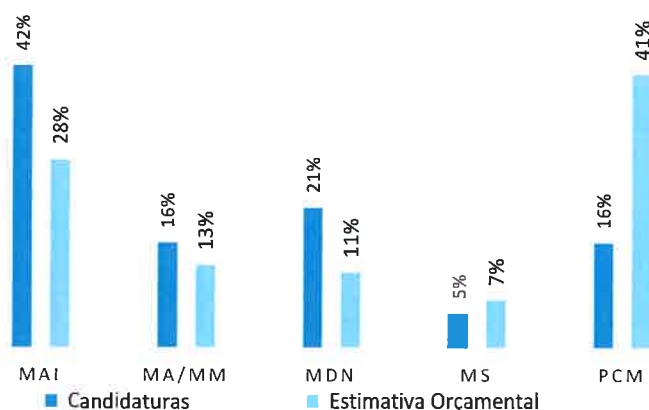
Ministério	2009 - 2019		2020		2021		Total	
	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor
MAI	47	9 394 420	1	319 800	8	1 791 096	56	11 505 316
MA/MM	40	6 247 327	7	1 364 542	3	799 328	50	8 411 197
MAAC	-	-	1	275 000	-	-	1	275 000
MDN	40	9 953 168	-	-	4	729 902	44	10 683 070
ME	1	437 760	-	-	-	-	1	437 760
MEdu/MCTES	15	15 681 237	1	1 705 244	-	-	16	17 386 481
MF	8	2 608 232	-	-	-	-	8	2 608 232
MJ	14	3 930 074	-	-	-	-	14	3 930 074
MNE	-	-	2	883 045	-	-	2	883 045
MS	69	84 530 389	2	750 754	1	464 344	72	85 745 487
MTSSS	27	16 390 637	-	-	-	-	27	16 390 637
PCM	55	32 330 922	2	744 827	3	2 607 648	60	35 683 398
Total	316	181 504 165	16	6 043 212	19	6 392 318	351	193 939 695

Durante o ano de 2021, foram apresentadas 19 novas candidaturas, tendo-se atingindo 351 candidaturas desde 2009. Comparativamente com o ano anterior, verifica-se um aumento, quer ao nível do número de candidaturas apresentadas, quer a nível do valor, com um de acréscimo de 19%.

3.1.2. Caracterização das candidaturas apresentadas em 2021

O gráfico 1 e os quadros 2 e 3, refletem a distribuição das candidaturas apresentadas em 2021 por Ministério, distribuição geográfica e tipo de entidades.

Gráfico 1 – Distribuição das candidaturas por Ministério -2021



Conforme resulta do quadro 1 e do gráfico anterior, em 2021, quanto à distribuição por Ministério, verifica-se uma concentração no número de candidaturas apresentadas no MAI com 8 candidaturas. Atendendo ao investimento global das intervenções, destaca-se a PCM seguindo-se o MAI. Em termos acumulados, conforme resulta da análise do quadro 1, destaca-se o MS, seguindo-se a PCM e o MAI, atento o número de candidaturas apresentadas, sendo este último substituído pelo MEC no que respeita ao investimento envolvido.

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Em relação à localização dos imóveis e investimentos envolvidos, conforme consta no quadro seguinte, salienta-se o distrito de Lisboa, com 5 candidaturas apresentadas com um valor aproximado de 3,3 milhões de euros, correspondente a 53 % do investimento.

Quadro 2 - Distribuição de candidaturas por distrito – 2021

Distrito	N.º	N.º (%)	Valor (€)	Valor (%)
Lisboa	5	26%	3 364 098	53%
Beja	3	16%	682 691	11%
Leiria	2	11%	374 075	6%
Coimbra	2	11%	599 644	9%
Santarém	1	5%	274 053	4%
Vila Real	1	5%	172 200	3%
Setúbal	1	5%	27 447	0%
Viseu	1	5%	172 200	3%
Faro	1	5%	299 997	5%
Évora	1	5%	253 711	4%
Porto	1	5%	172 200	3%
Total Geral	19	100%	6 392 318	100%

No que respeita à caracterização das entidades, a estrutura foi idêntica à de anos anteriores, mantendo-se a predominância das entidades no âmbito da Administração Direta do Estado (ADE).

Quanto ao âmbito das candidaturas, e à semelhança do que se verificou no ano anterior, regista-se uma predominância das candidaturas para Reabilitação e Conservação (RC).

Relativamente ao Programa de Remoção de Amianto (PRA)⁶, foram apresentadas 8 candidaturas, o que representa um incremento face ao ano anterior (4 candidaturas). O investimento associado a estas candidaturas no montante de 2,2 milhões de euros, registou uma redução face ao ano anterior (3,4 milhões de euros).

Quadro 3 - Distribuição de candidaturas por âmbito – 2021

Entidade	PRA		PRA/RC		RC	
	N.º	Valor (€)	N.º	Valor (€)	N.º	Valor (€)
Administração Direta	4	729 902	3	1 023 000	11	4 175 072
Entidade Pública Empresarial	1	464 344	-	-	-	-
Total	5	1 194 246	3	1 023 000	11	4 175 072

⁶ Artigo 308.º da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro

Handwritten signature and initials in blue ink.

3.2. Apreciação de candidaturas

3.2.1. Aprovação de Candidaturas

Conforme descrito no ponto anterior, no decorrer do ano de 2021 foram apresentadas 19 novas candidaturas, que no conjunto totalizam aproximadamente 6,3 milhões de euros de investimento, que acresceram às candidaturas transitadas de anos anteriores, cujos processos ainda não se encontravam concluídos.

De referir que transitaram do ano anterior 46 candidaturas cuja aprovação se encontrava pendente da junção de elementos adicionais ou em fase de análise técnica.

Durante o ano de 2021, foram aprovadas 15 candidaturas a que corresponderá um financiamento de cerca de 7,2 milhões de euros, o que representa um acréscimo face à atividade de ano anterior, com 6 candidaturas aprovadas, com financiamento aprovado (3,4 milhões de euros em 2020).

O quadro seguinte, resume as candidaturas aprovadas por ministério:

Quadro 4 – Candidaturas Aprovadas – 2021

Ministério - Entidade	Nº de Candidaturas	Estimativa Orçamental	Montante a Financiar
GNR	4	793 350	610 695
PSP	2	479 585	383 668
MAI	6	1 272 935	994 363
Força Aérea	3	557 702	540 971
MDN	3	557 702	540 971
IPLeiria	1	1 705 244	1 637 034
U E	1	923 533	738 826
MEdu/MCTES	2	2 628 777	2 375 861
HDFF.E.P.E	1	464 344	431 693
MS	1	464 344	431 693
DGLAB	1	1 182 657	946 126
SGPCM	2	2 432 748	1 946 199
PCM	3	3 615 405	2 892 324
Total	15	8 539 163	7 235 212

Foram ainda objeto de reapreciação 5 candidaturas aprovadas em anos anteriores, na sequência da apresentação dos projetos de execução e respetivos orçamentos, por os trabalhos serem diversos dos apresentados no estudo prévio e/ou face ao acréscimo do valor do projeto de execução face à estimativa inicial, e ainda na sequência de alterações do valor decorrentes dos procedimentos de contratação pública.

Quadro 5 – Reapreciação de Candidaturas

Ministério - Entidade	Nº de Candidaturas	Estimativa Orçamental	Montante a Financiar
DRAPLVT	1	210 585	168 468
MA/MM	1	210 585	168 468
AT	1	540 600	432 480
MF	1	540 600	432 480
CHO	1	87 740	65 805
CHPL	1	3 500 343	2 800 275
MS	2	3 588 083	2 866 080
ANBA	1	450 304	360 243
PCM	1	450 304	360 243
Total	5	4 789 572	3 827 271

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL**3.2.2. Candidaturas não admitidas/arquivadas**

Durante o ano de 2021, em resultado do acompanhamento às candidaturas, nomeadamente dos pedidos de informação solicitados pelo Fundo através das respetivas Unidades de Gestão Patrimonial, foi deliberado arquivar 2 candidaturas objeto de aprovação em anos anteriores, e 13 candidaturas que se encontravam pendentes e após a obtenção de informação da entidade sobre a intenção de não dar continuidade às candidaturas por desadequação das mesmas ou por se encontrarem totalmente executadas, totalizando 15 candidaturas que corresponderiam a um financiamento de cerca de 8,3 milhões de euros.

Quadro 6 – Candidaturas arquivadas

Ministério - Entidade	Nº de Candidaturas	Estimativa Orçamental	Financiamento
MA/MM - DRAP Algarve	2	156 714	117 535
Subtotal - Aprovadas	2	156 714	117 535
MAI - PSP	1	253 711	202 969
MA/MM - GPP	2	445 200	445 200
MNE - SGMNE	1	399 655	319 724
MS - CHO	7	7 106 525	5 685 221
MTSSS - CPL, I.P.	2	1 941 860	1 553 488
Subtotal - Por aprovar	13	10 146 951	8 206 601
Total	15	10 303 664	8 324 136

3.2.3. Candidaturas pendentes ou em análise

No que se refere às candidaturas pendentes ou em análise, verificou-se uma redução no número de candidaturas (37), face às 46 registadas em 2020, e uma redução do investimento que lhes está associado, que no seu conjunto totaliza 15,5 milhões de euros, comparando com o valor de 28,6 milhões de euros registado no ano anterior. A repartição por ministério e tipologia, resume-se no quadro seguinte:

Quadro 7 – Candidaturas pendentes ou em análise, por ministério

Ministério - Entidade	Nº de Candidaturas	Estimativa Orçamental	Financiamento
MAI	1	448 950	428 912
MA/MM	2	574 050	490 463
MDN	1	172 200	121 571
MS	1	343 009	274 407
PCM	1	412 672	165 069
Subtotal - PRA	6	1 950 881	1 480 423
MAI	2	2 103 300	1 682 640
MA/MM	16	2 349 528	1 728 236
MEdu/MCTES	1	380 290	304 232
MNE	1	483 390	386 712
MS	1	407 745	326 196
MTSSS	1	197 681	158 145
PCM	9	7 666 988	7 579 957
Subtotal - RC	31	13 588 922	12 166 117
Total	37	15 539 803	13 646 540

Este número inclui 30 candidaturas transitadas de anos anteriores cuja apreciação se encontra pendente da junção de esclarecimentos dos serviços beneficiários essenciais à análise, nomeadamente, apresentação dos elementos matriciais e prediais dos imóveis, apresentação de

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

uma memória descritiva e justificativa, com descrição das patologias presentes nos imóveis e as intervenções a implementar, acompanhadas de uma estimativa de custo de todos os trabalhos, entre as quais se destacam:

- Na PCM as 8 candidaturas apresentadas pela Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB) no valor de 8,6 milhões, permanecem pendentes de análise de acordo com a calendarização e da prioridade atribuída;
- No MTSSS mantém-se pendente a candidatura apresentada em 2017 pela Direção-Geral de Segurança Social, que irá ser objeto de reformulação de modo a que a intervenção abranja a totalidade da fachada do imóvel a apresentar conjuntamente com a Casa Pia de Lisboa;
- No que respeita ao MA/MM as 13 candidaturas apresentadas pela Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte, estão pendentes do envio de elementos matriciais e registrais dos imóveis e do cumprimento das obrigações de pagamento das contrapartidas decorrentes da aplicação do princípio da onerosidade;

Relativamente às candidaturas de 2021 (7), a apreciação foi hierarquizada de acordo com a calendarização prevista, tendo sido solicitada a junção dos elementos necessários para a sua apreciação, prevendo-se a sua aprovação no 1º trimestre de 2022.

Por fim, deverá mencionar-se que a análise técnica das candidaturas, só foi retomada no 2º trimestre de 2021 após a afetação de recursos humanos para o efeito.

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

3.3 Contratos de Financiamento

Em 2021 foram celebrados 9 contratos de financiamento no valor de 3.777.286,46 €, o que representa um acréscimo da atividade face ao ano de 2020 (celebrados 5 contratos de financiamento no valor de 1.623.613,43€).

A estes acrescem os 11 contratos transitados do ano anterior, relativos a contratos celebrados ainda sem execução ou parcialmente executados.

O quadro seguinte apresenta o valor do financiamento aprovado por candidatura, e a respetiva execução:

Quadro 8 – Contratos de Financiamento

Ministério - Entidade	N.º de Candidatura	N.º Contrato	Financiamento FRCP	Pagamentos anos anteriores	Pagamentos 2021	Trabalhos não realizados	Por executar
PSP	05/2015	01/2017	216 557	82 903	-	-	133 654
PSP	08/2021	03/2021	127 828	-	126 498	1 330	-
MAI TOTAL			344 385	82 903	126 498	1 330	133 654
DRAP Alentejo	76/2010	02/2014	107 933	21 420	-	86 513	-
DRAP Norte	89/2010	03/2015	123 586	63 712	-	-	59 874
DRAPLVT	03/2019	02/2021	168 468	-	-	-	168 468
MA/MM Total			399 986	85 132	-	86 513	228 341
Força Aérea	02/2021	06/2021	370 013	-	370 013	-	-
Força Aérea	03/2021	07/2021	26 624	-	26 624	-	-
Força Aérea	04/2021	08/2021	144 334	-	144 334	-	-
MDN TOTAL			540 971	-	540 971	-	-
IPLeiria	16/2020	09/2021	1 637 034	-	58 475	-	1 578 559
SGEC	09/2009	7/2014	764 329	-	-	-	764 329
MEdu/MCTES TOTAL			2 401 363	-	58 475	-	2 342 888
SGMF	16/2018	02/2020	586 304	573 984	7 996	4 325	-
MF Total			586 304	573 984	7 996	4 325	-
CHO	18/2013	04/2021	65 805	-	-	-	65 805
MS Total			65 805	-	-	-	65 805
CPL, I.P.	32/2016	01/2020	381 600	161 182	193 338	27 080	-
SGMTSSS	07/2017	01/2021	718 410	-	-	-	718 410
MTSSS Total			1 100 010	161 182	193 338	27 080	718 410
ANBA	06/2011	03/2020	360 243	41 881	285 986	-	32 376
DGLAB	65/2010	02/2019	545 485	-	-	-	545 485
DGPC	04/2014	23/2015	348 000	210 717	-	-	137 283
DRC Norte	02/2019	05/2020	159 745	40 244	119 501	-	-
SGPCM	01/2021	05/2021	518 771	-	518 771	-	-
SGPCM	03/2016	03/2018	59 497	-	59 497	-	-
PCM Total			1 991 741	292 843	983 755	-	715 143
Total	20		7 430 564	1 196 043	1 911 033	119 247	4 204 241

A execução financeira em 2021, refere-se a 11 contratos de financiamento, correspondendo a pagamentos no valor de cerca de 1,9 milhão de euros, o que representa um ligeiro acréscimo na atividade face aos anos anteriores (em 2019 e 2020, a execução financeira foi de 1 milhão de euros e 1,8 milhões de euros, respetivamente)

Relativamente aos contratos mencionados no quadro anterior, no que se refere ao montante por executar (4,2 milhões de euros), importa referir que a falta de execução resulta, na maioria dos casos, de alterações à calendarização da execução das empreitadas (e consequente necessidade de portarias de extensão de encargos para reescalonamento) e do desenvolvimento dos procedimentos de contratação pública, entre as quais se destacam:

- A execução de contrato de financiamento celebrado com a PSP, inicialmente prevista até final de 2017, não foi possível, face à data da sua consignação, e ao prazo de execução o que implicou a necessidade de obtenção de autorização para reescalonamento dos encargos. Durante 2021, não foram apresentados pedidos de comparticipação;

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

- No caso do contrato celebrado com a DRAP Norte, o financiamento por executar resultou das dificuldades na execução da obra por incumprimento parcial do contrato de empreitada respeitante ao Edifício de Mirandela, que obrigou à apresentação de pedido de prorrogação da portaria de extensão de encargos, que foi submetido para autorização.
- A SGEN reiterou o interesse na execução da candidatura aprovada, no entanto ainda está a providenciar o reajustamento dos trabalhos a realizar e a abertura de um procedimento para desenvolvimento do projeto de execução;
- No caso do contrato celebrado com a DGLAB, com encargos previstos para 2019 e 2020, o procedimento de contratação pública para a realização da empreitada ficou deserto, o que implicou alterações na calendarização e inerente reescalonamento do encargo plurianual autorizado a conferir por Portaria;
- A execução do contrato de financiamento celebrado com a DGPC, ficou pendente da regularização, através de portaria de extensão de encargos na qual se refletirá o escalonamento da despesa associada à empreitada e ao respetivo financiamento pelo FRCP e sequente formalização do pedido de participação;

No que respeita à contratualização, registou-se um ligeiro acréscimo no número de candidaturas sem contrato (17) e no financiamento a conceder no valor de 11,9 milhões de euros, face ao registado no ano anterior (cerca de 8,3 milhões de euros para 13 candidaturas).

Das 17 candidaturas, 9 foram aprovadas em 2021 para execução no próprio ano, tendo a contratualização sido condicionada, fundamentalmente, por alterações à calendarização das intervenções e por carecerem de autorizações prévias para assunção de encargos plurianuais e/ou por condicionantes nos procedimentos de contratação pública por parte das entidades beneficiárias.

Quadro 9 – Candidaturas aprovadas sem contrato

Ministério -Entidade	Nº de Candidaturas	Financiamento FRCP
GNR	4	610 695
PSP	1	255 840
SEF	1	570 720
MAI	6	1 437 255
U E	1	738 826
MEC	1	738 826
AT	1	432 480
MF	1	432 480
CHO	1	79 280
CHPL	1	2 800 275
HDFE.E.P.E	1	431 693
MS	3	3 311 247
CPL, I.P.	1	479 452
IEFP	1	2 092 102
MTSSS	2	2 571 554
BNP	1	466 400
DGLAB	1	946 126
DGPC	1	654 798
SGPCM	1	1 427 428
PCM	4	3 494 751
Total	17	11 986 114



S. R.
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

No que se refere às candidaturas aprovadas em anos anteriores, as entidades manifestaram interesse em dar continuidade às intervenções, mas as candidaturas permaneceram sem contrato por carecerem de autorizações prévias para assunção de encargos plurianuais e/ou por condicionantes nos procedimentos de contratação pública por parte das entidades beneficiárias.

O abrandamento na contratualização também reflete a situação pandémica vivida no país, e consequentes constrangimentos na atividade das entidades beneficiárias, o que deu origem à necessidade de recalendarização das intervenções e da alteração dos valores, considerando o tempo decorrido e o aumento de preços no setor da construção.

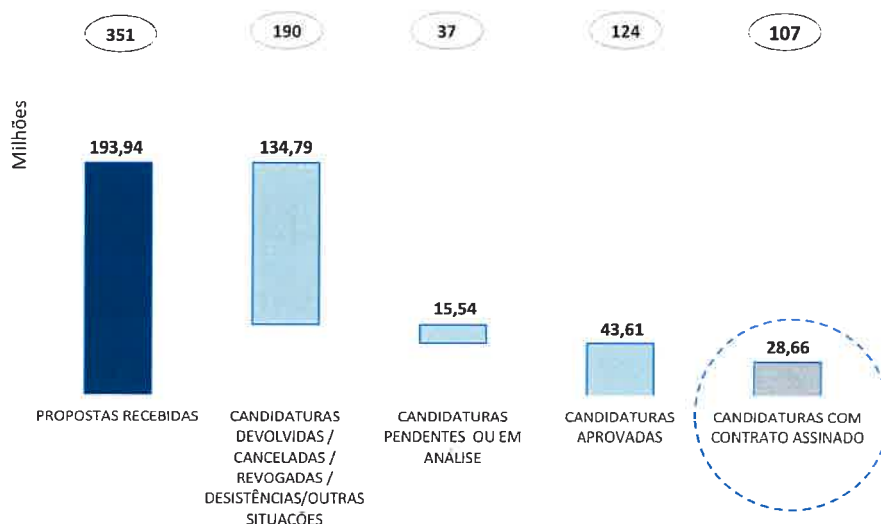
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

3.4. Situação das candidaturas 2009-2021

Como referido nos pontos anteriores, da apreciação das candidaturas resultou um acréscimo de 15 candidaturas no grupo das candidaturas não admitidas ou arquivadas, das quais 2 tinham sido objeto de aprovação em anos anteriores, e a aprovação de 13 candidaturas. No final do ano, permaneciam 37 candidaturas pendentes.

Apresenta-se de seguida, no gráfico 2 e no quadro 10 e, de forma sucinta e esquemática, um resumo de todas as candidaturas reportadas ao final de 2021.

Gráfico 2 - Decomposição das candidaturas apresentadas até 31 de dezembro de 2021



O quadro seguinte apresenta a situação das candidaturas desde 2009, por ministério:

Quadro 10– Ponto de situação das candidaturas

Ministério	Propostas Recebidas		Candidaturas Devolvidas / Canceladas / Revogadas / Desistências		Candidaturas Pendentes ou em Análise		Candidaturas Aprovadas		
	N.º	Estimativa orçamental	N.º	Estimativa orçamental	N.º	Estimativa orçamental	N.º	Estimativa orçamental	Financiamento FRCP
MAI	56	11 505 316	23	4 297 698	3	2 552 250	30	4 655 368	3 631 990
MA/MM	50	8 411 197	24	3 128 733	18	2 923 578	8	2 358 886	1 779 694
MAAC	1	275 000	1	275 000	-	-	-	-	-
MDN	44	10 683 070	24	7 251 852	1	172 200	19	3 259 018	2 610 620
ME	1	437 760	1	437 760	-	-	-	-	-
MEdu/MCTES	16	17 386 481	11	13 126 749	1	380 290	4	3 879 441	3 325 437
MF	8	2 608 232	2	419 829	-	-	6	2 188 403	1 732 642
MJ	14	3 930 074	12	2 418 464	-	-	2	1 511 609	1 209 288
MNE	2	883 045	1	399 655	1	483 390	-	-	-
MS	72	85 745 487	61	78 299 503	2	750 754	9	6 695 230	5 324 077
MTSSS	27	16 390 637	14	9 652 014	1	197 681	12	6 540 942	5 175 936
PCM	60	35 683 398	16	15 086 306	10	8 079 660	34	12 517 432	10 219 577
Total	351	193 939 695	190	134 793 561	37	15 539 803	124	43 606 331	35 009 260

4. Sistema de Gestão do Fundo

O desenvolvimento do sistema de controlo interno, no âmbito do qual se identificam duas componentes fundamentais, implementação e divulgação do manual de procedimentos e implementação de um sistema de informação de suporte à atividade, continuam a merecer a necessária atenção.

Em 2021 foi revisto e divulgado o Guia para Instrução e Gestão das Candidaturas ao Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial ao abrigo do Programa de Remoção de Amianto, com o objetivo de estabelecer orientações para o cumprimento das disposições regulamentares aplicáveis às candidaturas e definir a tramitação dos processos relativos às candidaturas, entre o FRCP, as Entidades Públicas, as Unidades de Gestão Patrimonial (UGP) e os diversos intervenientes.

Perspetivou-se igualmente um guia para a instrução e gestão das candidaturas de operações de recuperação, reconstrução, de reabilitação, de conservação e ampliação dos imóveis propriedade do Estado destinado às entidades beneficiárias e das Unidades de Gestão Patrimonial, com vista a complementar o Manual de Procedimentos.

Quanto à implementação de um sistema de informação de suporte à atividade do Fundo, mantém-se o propósito integrar os processos relativos ao Fundo num sistema de suporte à atividade assente em modelos processuais com recursos a tecnologias digitais, o qual está contemplado num projeto em desenvolvimento pela DGTF para a formatação de uma plataforma digital para gestão do património imobiliário público. O referido projeto foi considerado na proposta do Plano de Recuperação e Resiliência, 2021-2026, no âmbito dos apoios do Next Generation EU, Componente 17-Administração Pública Digital (Reformas / Investimentos - Finanças).

No que se refere à solução de suporte à gestão orçamental, financeira e patrimonial, manteve-se a modalidade de utilização da solução GERFIP, de Partilha de Serviços, disponibilizada pela Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P. (ESPAP, I.P.).

5. Análise Orçamental, Económica e Financeira

A prestação de contas foi elaborada tendo por base os princípios e regras inerentes ao Orçamento de Estado, os princípios contabilísticos definidos no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-lei nº 192/2015, de 11 de setembro e de acordo com a Instrução n.º 1/2019 -PG, publicada no Diário da República, 2.ª série, n.º 46, de 6 de março.

As demonstrações orçamentais, de acordo com a NCP 26 - Contabilidade e relato orçamental do SNC-AP, traduzem uma representação estruturada da execução e desempenho orçamental do Fundo, proporcionando, entre outra, informação sobre o orçamento inicial, as modificações orçamentais, a execução orçamental e os pagamentos e recebimentos.

Os mapas financeiros foram elaborados em Euros, exceto onde mencionado o contrário.

5.1. Análise Orçamental

O relato orçamental proporciona informação sobre se os recursos que foram obtidos e usados de acordo com o orçamento legalmente aprovado, nomeadamente através de: controlo da execução orçamental da despesa, controlo da execução orçamental da receita e demonstração de desempenho orçamental, evidenciando importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no período contabilístico, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria.

5.1.1. Receita

5.1.1.1. Demonstração de execução orçamental da receita

A receita cobrada líquida em 2021 foi de 61.895.308 €, o que corresponde a uma taxa de execução de 94,4%, face ao orçamento corrigido.

A receita cobrada líquida foi inferior à receita bruta em 13.921€, devido a ter sido emitida uma restituição em 2021 de receita arrecadada pelo FRCP, na sequência de pedido de devolução da DGTf por ter sido indevidamente transferida para o Fundo, processada como abate à receita⁷.

O quadro infra apresenta uma síntese da demonstração orçamental da receita:

Quadro 11 - Execução da Receita

Designação	Dotações Corrigidas	Receita Líquida	Reemb. restituições emitidos	Receitas Cobradas Líquidas	Taxa de Execução	Peso Estrutural
Receitas Correntes						
05.03. - Rendimentos Propriedade - Juros	12 000	12 552	*	12 552	104,6%	0,02%
06.03. - Transferências correntes Administração Pública	15 000 000	11 335 870	13 921	11 321 949	75,5%	18,29%
Receita Correntes	15 012 000	11 348 423	13 921	11 334 501	75,5%	18,31%
Receitas de Capital						
10.03. - Transferências de capital - Administração Pública	29 064	27 716	*	27 716	95,4%	0,04%
Receitas de capital	29 064	27 716		27 716	95,4%	0,04%
Outras Receitas						
16.01. - Saldo da gerência anterior- Saldo orçamental	50 533 091	50 533 090	*	50 533 090	100,0%	81,64%
Outras Receitas	50 533 091	50 533 090	*	50 533 090	100,0%	81,64%
Receitas Totais	65 574 155	61 909 229	13 921	61 895 308	94,4%	100,0%

⁷ Em conformidade com o estabelecido no SNC-AP na NCP 26, ponto 8 — Plano de contas da contabilidade orçamental/8.1 — Notas de enquadramento às contas, que refere “na conta 0181 — Reembolsos e restituições emitidos — Os reembolsos e restituições dando origem a um exfluxo de caixa processam-se por abate à receita cobrada, corrigindo o valor dos recebimentos”.

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Analisando os valores do quadro anterior, constata-se que a receita de 2021 (deduzido o valor do saldo de gerência) foi de 11.376.139 €, correspondendo a uma taxa de execução de 75,6% da dotação inicial (15.041.064 €).

O quadro seguinte decompõe a receita de acordo com a sua proveniência:

Quadro 12 – Proveniência da receita efetiva

Classificação Económica	Designação	Valor (€)	Peso Estrutural
05.03 - Rendimentos da Propriedade-Juros	Juros CEDIC - Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo	12 552,25	0,1%
06.03 - Transferências correntes - A.P.	Princípio de Onerosidade	11 160 675,00	98,1%
06.03 - Transferências correntes - A.P.	Juros - Pagamento Diferido Alienação de imóveis	13 158,52	0,1%
06.03 - Transferências correntes - A.P.	Rendas e Cedências - Terrenos	16 748,67	0,1%
06.03 - Transferências correntes - A.P.	Rendas e Cedências - Imóveis	145 288,21	1,3%
10.03 - Transferências de capital	Alienação de Imóveis	27 716,46	0,2%
Total da Receita		11 376 139,11	100%

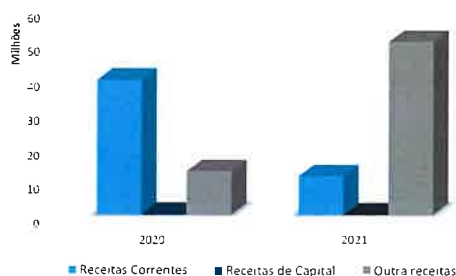
5.1.1.2. Evolução da Receita

O quadro 13 e gráfico 3, evidenciam a evolução da receita.

Quadro 13 – Evolução da Receita (2020-2021)

Designação	Receita Cobrada 2020		Receita Cobrada 2021		Variação 2020-2021	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Receitas Correntes						
05.03 - Rendimentos Propriedade-Juros	297	0,0%	12 552	0,0%	12 255	4125,1%
05.10 - Rendimentos da Propriedade-Rendas-terrenos	15 435	0,0%	-	0,0%	-15 435	-100,0%
06.03 - Transf. Correntes - Administração Central	39 275 869	74,9%	11 321 949	18,3%	-27 953 920	-71,2%
07.03 - Venda de bens e serviços - Rendas - edifícios	157 591	0,3%	-	0,0%	-157 591	-100,0%
Total das Receitas Correntes	39 449 193	75,3%	11 334 501	18,3%	-28 114 691	-71,3%
Receitas de Capital						
10.03 - Transferências de capital - Administração Pública	162 110	0,3%	27 716	0,0%	-134 393	-82,9%
Total de Receitas de Capital	162 110	0,3%	27 716	0,0%	-134 393	-82,9%
Outras Receitas						
16.01 - Saldo da gerência anterior- Saldo orçamental	12 792 847	24,4%	50 533 090	81,6%	37 740 243	295,0%
Total Outras Receitas	12 792 847	24,4%	50 533 090	81,6%	37 740 243	295,0%
Receitas Totais	52 404 149	100,0%	61 895 308	100,0%	9 491 159	18,1%

Gráfico 3- Evolução da receita por agrupamentos (2020 e 2021)



Em termos gerais, a receita total registou um acréscimo de 9.491.159 €, o que representa uma variação 18,1% face ao ano anterior. Para este acréscimo contribuíram essencialmente as outras receitas, resultante da integração do saldo de gerência anterior, no montante de 50.533.090 €.

A receita cobrada efetiva⁸, no valor de 11.362.218 € registou um decréscimo de 28.249.084 € face ao ano anterior (39.611.302 €), resultado da quebra das transferências correntes e das transferências de capital, parcialmente atenuado pelo aumento verificado na receita dos juros obtidos com CEDIC.

⁸ A receita efetiva não inclui o agrupamento de receita «16 — Saldos de gerência anterior».

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

5.1.2. Despesa

5.1.2.1 Demonstração Orçamental da Despesa

O quadro infra explicita todas as fases da execução orçamental da despesa, organizada pelas diversas classificações económicas:

Quadro 14 - Execução da Despesa

Natureza da Despesa	Dotações Corrigidas	Cativos	Compromissos assumidos	Despesas Paga		Compromissos por pagar	Taxa de Execução
				Valor	Peso		
Despesas Correntes							
02.02.25 - Aquisição Bens - Outros Serviços	144 974	143 258	1 716	1 716	s.s.	-	100,0%
06.02.01 - Outras Despesas - Taxas e Impostos	3 143	-	3 138	3 138	s.s.	-	99,8%
06.02.03 - Outras Despesas Correntes - Outras	300	300	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	148 417	143 558	4 854	4 854	s.s.	-	99,9%
Despesas de Capital							
08.03.01 - Transferências de capital - A.C. - Estado	6 854 504	-	2 618 393	1 659 219	2,9%	959 173	24,2%
08.03.06 - Transferências de capital - SFA	2 865 536	-	638 983	251 813	0,4%	387 170	8,8%
09.02.05 - Ativos Financeiros - APC - Estado	55 533 091	-	55 533 090	55 533 090	96,7%	-	100,0%
Despesas de Capital	65 253 131	-	58 790 466	57 444 123	100,0%	1 346 343	88,0%
Outras Despesas de Capital							
11.02.00 - Outras Despesas Capital - Diversos	172 607	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas de Capital	172 607	-	-	-	-	-	-
Total Despesa	65 574 155	143 558	58 795 320	57 448 977	100,0%	1 346 343	87,8%

A despesa paga no valor de 57.448.977 €, correspondeu a uma taxa de execução de 87,8% da dotação corrigida.

Na despesa paga evidenciam-se os seguintes agrupamentos económicos:

- Ativos Financeiros, com uma execução de 55.533.090 €, decorrente da aplicação do saldo de gerência anterior, no montante de 50.533.090 €, e ainda, de disponibilidades de tesouraria (5.000.000 €) em certificados especiais de dívida de curto prazo (CEDIC) ao abrigo do Despacho n.º 12447-A/2021, publicado no Diário da República, 2.ª série, nº 245 de 21 de dezembro de 2021.
- Transferências de capital (1.911.033 €) com uma taxa de execução de 19,7% face à dotação corrigida, correspondendo às transferências de capital – Administração Central – Estado no valor de 1.659.219 € e o remanescente às transferências de capital para os Serviços Fundos Autónomos no valor de 251.813 €. Estas transferências têm como finalidade o financiamento de intervenções de reabilitação e conservação em imóveis do Estado (7) e de operações de remoção de amianto em imóveis do Estado e de Institutos Públicos (4).

Os restantes pagamentos respeitam a emolumentos pagos ao Tribunal de Contas pela Homologação da Verificação Interna da Conta de Gerência n.º 3870/2018 e ao IRC referente às diversas aplicações financeiras em CEDIC.

Assinala-se ainda, os compromissos por pagar no âmbito das transferências de capital no valor de 1.346.343 €, no âmbito dos contratos de financiamento celebrados, onde se destacam a Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho Solidariedade e Segurança Social e da Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo.

De referir que a fraca execução resulta de constrangimentos das entidades beneficiárias nos procedimentos de contratação pública, decorrentes da subida do custo estimado da intervenção e necessidade de recalendarizar intervenções, e consequente necessidade de obtenção de autorizações prévias para assunção de encargos plurianuais, que se refletiram na atividade do Fundo.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

5.1.2.2. Evolução da Despesa

O quadro 15 e o gráfico 4 evidenciam a evolução da despesa no último biênio:

Quadro 15 – Evolução da despesa

Designação	Despesas Pagas 2020		Despesas Pagas 2021		Variação 2020-2021	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	%
Despesas Correntes						
02.- Aquisição Bens - Outros Serviços	-	-	1 716	s.s.	1 716	-
04.- Transferências Correntes	92 591	4,9%	-	-	92 591	-100%
06. Outras Despesas Correntes	74	s.s.	3 138	s.s.	3 064	4125%
Despesas correntes	92 665	5,0%	4 854	0,0%	87 810	-95%
Despesas de Capital						
08. Transferências de capital	1 778 394	95,0%	1 911 033	3,3%	132 639	7%
09. Ativos Financeiros	-	-	55 533 090	96,7%	55 533 090	-
Despesa de Capital	1 778 394	95,0%	57 444 123	100,0%	55 665 729	3130%
Despesas Totais	1 871 058	100%	57 448 977,45	100%	55 753 540	2970%

Globalmente a despesa paga em 2021 registou um acréscimo de 55.577.919 €, face ao valor ocorrido em 2020, associado essencialmente à subscrição de aplicações em CEDIC, registadas em ativos financeiros.

Analisando as transferências, registou-se um aumento de 132.639€, que representa um acréscimo de 7% nas transferências de capital decorrentes do financiamento, a fundo perdido, das intervenções em imóveis da propriedade do Estado e do Programa de Remoção de Amianto.

Gráfico 4- Evolução da despesa (2020 a 2021)



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

5.1.3. Demonstração do desempenho orçamental

A demonstração de desempenho orçamental evidencia as importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos que ocorreram no período contabilístico, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria.

Nesta demonstração também se evidenciam os correspondentes saldos (da gerência anterior e para a gerência seguinte, saldo global, saldo corrente, saldo de capital e saldo primário). Apresenta ainda, informação organizada pela forma de financiamento, e por classificação económica da execução orçamental.

Recebimentos	2021	2020	Pagamento	2021	2020
Saldo de Gerência anterior	50 533 090,27	12 792 846,55			
Operações orçamentais [1]	50 533 090,27	12 792 846,55	Despesa Corrente	4 854,47	92 664,83
Receita Corrente	11 334 501,28	39 449 192,68	Aquisição de bens e serviços	1 716,40	0,00
Rendimentos de propriedade	12 552,25	15 732,23	Transferências e subsídios correntes		92 590,56
Transferências e subsídios correntes	11 321 949,03	39 275 869,32	Transferências correntes		92 590,56
Transferências correntes	11 321 949,03	39 275 869,32	Administrações Públicas		92 590,56
Administrações Públicas	11 321 949,03	39 275 869,32	Administração Central - Estado Português		92 590,56
Administração Central - Estado Português	11 321 949,03	39 275 869,32	Outras despesas correntes	3 138,07	74,27
Venda de bens e serviços	-	157 591,13	Despesa de Capital	1 911 032,71	1 778 393,66
Receita de Capital	27 716,46	162 109,53	Transferências e subsídios de capital	1 911 032,71	1 778 393,66
Transferências e subsídios de capital	27 716,46	162 109,53	Transferências de capital	1 911 032,71	1 778 393,66
Transferências de capital	27 716,46	162 109,53	Administrações Públicas	1 911 032,71	1 778 393,66
Administrações Públicas	27 716,46	162 109,53	Administração Central - Estado Português	1 659 219,22	1 267 460,74
Administração Central - Estado Português	27 716,46	162 109,53	Administração Central - Outras entidades	251 813,49	510 932,92
Receita Efetiva [2]	11 362 217,74	39 611 302,21	Despesa Efetiva [5]	1 915 887,18	1 871 058,49
Receita não Efetiva [3]			Despesa não efetiva [6]	55 533 090,27	
Receita com ativos financeiros	-	-	Despesas com ativos financeiros	55 533 090,27	0,00
Receita com passivos financeiros	-	-	Despesas com passivos financeiros	55 533 090,27	0,00
Soma [4] = [1] + [2] + [3]	61 895 308,01	52 404 148,76	Soma [7] = [5] + [6]	57 448 977,45	1 871 058,49
Operações Tesouraria [8]			Operações Tesouraria [C]		
			Saldo para a Gerência Seguinte	4 446 330,56	50 533 090,27
			Operações Orçamentais [8] = [4] - [7]	4 446 330,56	50 533 090,27
			Saldo Global [2] - [5]	9 446 330,56	37 740 243,72
			Despesa Primária	1 915 887,18	1 871 058,49
			Saldo Corrente	11 329 646,81	39 356 527,85
			Saldo Capital	-1 883 316,25	-1 616 284,13
			Saldo Primário	9 446 330,56	37 740 243,72
			Receita Total [1] + [2] + [3]	61 895 308,01	52 404 148,76
			Despesa Total [5] + [6]	57 448 977,45	1 871 058,49

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

5.2. Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras dão a conhecer a posição financeira, as alterações na posição financeira, o desempenho e os fluxos de caixa de uma entidade, com base, em informações sobre os ativos, passivos, património líquido, rendimentos, gastos, outras alterações no património líquido e fluxos de caixa.

5.2.1 Balanço

RUBRICAS	Notas	2021	2020	Variação	
ATIVO					
Ativo Corrente					
Outras contas a receber		7 641,71	6 643,78	997,93	15,0%
Outros ativos financeiros		122 099 509,37	66 566 419,10	55 533 090,27	83,4%
Depósitos à Ordem		4 446 330,56	50 533 090,27	-46 086 759,71	-91,2%
Total do Ativo		126 553 481,64	117 106 153,15	9 447 328,49	8,1%
PATRIMÓNIO LÍQUIDO					
Património/Capital					
Resultados transitados		117 104 492,20	79 359 321,35	37 745 170,85	47,6%
Resultado líquido do período		9 447 079,00	37 745 170,85	-28 298 091,85	-75,0%
Total Património Líquido		126 551 571,20	117 104 492,20	9 447 079,00	8,1%
Passivo Corrente					
Outras contas a pagar		1 910,44	1 660,95	249,49	15,0%
Total Passivo		1 910,44	1 660,95	249,49	15,0%
Patimónio Líquido e Passivo		126 553 481,64	117 106 153,15	9 447 328,49	8,1%

O Ativo registou um acréscimo de 8,1% face ao ano anterior, que foi determinado essencialmente pelo aumento da conta Outros Ativos Financeiros, decorrente da aplicação de disponibilidades em CEDIC. Este resultado foi atenuado pela conta Depósitos à Ordem que registou um decréscimo de 91,2%.

No que se refere ao Património Líquido e Passivo, destaca-se os resultados transitados apresentando uma variação de 47,6%. O Resultado líquido do período registou uma quebra de 75%.

Refere-se ainda, que no Passivo, composto por Outras contas a pagar, que correspondem a acréscimos de gastos com IRC a reconhecer em 2020 e a pagar em 2021, se registou o montante de 1.660,95 €, verificando-se um aumento de 249,49 € relativamente ao ano transato, que se deveu ao aumento na taxa de juro que consequente fez aumentar o rendimento de capitais e por sua vez o IRC.

5.2.2 Demonstração de Resultados por Natureza

A análise do desempenho do Fundo numa ótica de gastos e rendimentos é proporcionada pela Demonstração de Resultados, por natureza, evidenciando a avaliação do resultado do exercício do período e o modo como foi gerado.

Rendimentos e Gastos	Notas	2021	2020	Variação
Transferências e subsídios correntes obtidos		11 349 665,49	39 611 005,12	-28 261 339,63
Fornecimentos e serviços externos		-1 716,40		-1 716,40
Transferências e subsídios concedidos		-1 911 032,71	-1 870 984,22	-40 048,49
Outros gastos		-3 387,56	-1 716,65	-1 670,91
Resultados antes depreciações e gastos de financiamento		9 433 528,82	37 738 304,25	-28 304 775,43
Resultados operacionais (antes de gastos financiamento)		9 433 528,82	37 738 304,25	-28 304 775,43
Juros e rendimentos similares obtidos		13 550,18	6 866,60	6 683,58
Resultados antes de impostos		9 447 079,00	37 745 170,85	-28 298 091,85
Impostos sobre o Rendimento				
Resultado líquido do período		9 447 079,00	37 745 170,85	-28 298 091,85

Relativamente às transferências e subsídios correntes obtidas no valor de 11.349.665,49 €, verifica-se uma redução de 28.261.339,63 € face ao ano anterior, essencialmente devida à redução da receita proveniente das contrapartidas recebidas em virtude da aplicação do princípio da onerosidade.

Quanto às transferências e subsídios concedidos no valor de 1.911.032,71 € registaram um aumento de 40.048,48 €, que resultou do aumento das transferências concedidas para os beneficiários do Fundo, decorrentes do financiamento das obras de reabilitação e conservação dos imóveis da propriedade do Estado e do Programa de Remoção de Amianto.

Relativamente aos outros gastos e perdas verifica-se um acréscimo de 1.670,91 €, em resultado do acréscimo dos gastos com IRC referente às aplicações financeiras em CEDIC.

Quanto aos juros e rendimentos similares obtidos verifica-se uma variação de 6.683,58 €, proveniente dos rendimentos das aplicações financeiras em CEDIC.

Por último, verificou-se uma diminuição do resultado Líquido no montante de 28.298.091,85 €, face a 2020.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

5.2.3. Demonstração de alterações no património líquido

Descrição	Património líquido atribuído aos detentores do Património líquido da				Total do património líquido
	Notas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	TOTAL	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO (1)		79 359 321,35	37 745 170,85	117 104 492,20	117 104 492,20
ALTERAÇÃO NO PERÍODO (2)		-	-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (3)		-	9 447 079,00	9 447 079,00	9 447 079,00
RESULTADO INTEGRAL (4)=(2)+(3)		-	-	9 447 079,00	9 447 079,00
OPERAÇÃO COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO (5)		37 745 170,85	-37 745 170,85	-	-
Outras operações		37 745 170,85	-37 745 170,85	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO (6) = (1)+(2)+(3)+(5)		117 104 492,20	9 447 079,00	126 551 571,20	126 551 571,20

Através da análise do presente mapa verifica-se que o resultado transitado foi de 117.104.492,20 € e o resultado líquido do exercício foi de 9.447.079,00€, resultando um total do património líquido de 126.551.571,20 €.

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

5.2.4. Demonstrações de fluxos de caixa

O mapa seguinte relata os fluxos de caixa ocorridos durante o período e a conciliação com a informação do saldo de gerência (do período anterior e para o período seguinte), refletindo os valores de caixa (depósitos à ordem) e equivalentes de caixa (investimentos a curto prazo de elevada liquidez, facilmente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estão sujeitos a um risco insignificante de alterações no valor).

Descrição	Notas	Períodos	
		2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		-	157 591,13
Recebimentos transferências e subsídios correntes		11 321 949,03	39 275 869,32
Pagamentos a fornecedores		-1 716,40	-
Pagamentos de transferências e subsídios		-	-92 590,56
Caixa gerada pelas Operações		11 320 232,63	39 340 869,89
Outros recebimentos/pagamentos		-3 138,07	15 360,87
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		11 317 094,56	39 356 230,76
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamento respeitantes a:			
Outros ativos		-1 911 032,71	-1 778 393,66
Recebimentos proveniente de:			
Subsídios ao investimento		27 716,46	162 109,53
Transferências de capital		-	-
Juros e rendimentos similares		12 552,25	297,09
Dividendos		-	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-1 870 764,00	-1 615 987,04
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b)		9 446 330,56	37 740 243,72
Caixa e seus equivalentes no início do período		117 099 509,37	79 359 265,65
Caixa e seus equivalentes no fim do período		126 545 839,93	117 099 509,37
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período		117 099 509,37	79 359 265,65
-Equivalentes a caixa no início do período		-66 566 419,10	-66 566 419,10
= Saldo da gerência anterior (SGA)		50 533 090,27	12 792 846,55
SGA De execução orçamental		50 533 090,27	12 792 846,55
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		126 545 839,93	117 099 509,37
-Equivalentes a caixa no fim do período		-122 099 509,37	-66 566 419,10
= Saldo da gerência seguinte (SGS)		4 446 330,56	50 533 090,27
SGS De execução orçamental		4 446 330,56	50 533 090,27

Os fluxos de caixas das atividades operacionais referem-se:

- Aos recebimentos de transferências e subsídios correntes, os quais decorrem das contrapartidas recebidas em virtude da aplicação do princípio da onerosidade e das rendas e cedências dos imóveis da propriedade do Estado, bem como, dos juros referentes ao produto da alienação de imóveis do Estado;
- Aos pagamentos a fornecedores, os quais respeitam a emolumentos pagos ao Tribunal de Contas;
- A Outros pagamentos consequentes do IRC referente aos rendimentos das diversas aplicações financeiras em CEDIC.



S. R.
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Os fluxos de caixa das atividades de investimento referem-se:

- -Aos pagamentos (outros ativos) correspondentes a transferências de capital (financiamentos concedidos) para os diversos beneficiários do Fundo;
- A recebimentos correspondentes a subsídios ao investimento que decorrem das transferências de capital respeitantes à alienação de imóveis da propriedade do estado.
- A Juros e rendimentos similares decorrentes de aplicações financeiras em CEDIC.

Da atividade resultou uma variação positiva de caixa e seus equivalentes no valor de 9.446.330,56 € e um saldo para a gerência seguinte de 4.446.330,56 €.

6. Síntese conclusiva

Tendo em conta o referido, a atividade desenvolvida pelo Fundo em 2021, registou progressos quando comparado com o ano anterior, salientando-se os seguintes resultados:

- Foram aprovadas 15 candidaturas envolvendo um montante aproximado de 7,2 milhões de euros (em 2020 foram aprovadas 5 envolvendo 3,4) e reapreciadas 5 de candidaturas, aprovadas em anos anteriores.
- Foram celebrados 9 novos contratos de financiamento de 3,7 milhões de euros (valor superior ao de 2020, 5 contrato de 1,6 milhões de euros). Em termos de execução financeira, registou-se um ligeiro acréscimo no volume de pagamentos aos serviços beneficiários que passou de 1,8 milhão de euros em 2019 para 1,9 milhões de euros em 2021.
- O número de candidaturas pendentes de decisão registou um decréscimo, no final de 2021 encontravam-se 37 candidaturas em apreciação (46 em 2020.)

Verifica-se ainda, um lapso temporal significativo entre a aprovação e a contratualização das candidaturas, no final de 2021, encontravam-se 17 candidaturas por contratualizar, a que corresponde um montante a financiar de cerca de 11,9 milhões de euros. Neste aspeto, importa referir, que o desenvolvimento da atividade do Fundo foi condicionada por constrangimentos, nomeadamente, atrasos registados nos procedimentos prévios à contratação pública (projetos de execução e aprovação de portarias de extensão de encargos), e dificuldades nos procedimentos de contratação pública (provocadas pela subida do preço no setor da construção e à necessidade de lançar procedimentos com preços base superiores), bem como a falta de apresentação de comprovativos de que o serviço beneficiário dispõe de dotação orçamental para assegurar a parcela que não é objeto de comparticipação por parte do Fundo, que obrigaram a protelar a celebração de contratos e, conseqüentemente, o seu financiamento, com impactos significativos no cumprimento do previsto no plano de atividades.

Em termos de desempenho orçamental, a receita efetiva no valor de 11,4 milhões de euros foi superior à despesa que se cifrou em 1,9 milhão, gerando um saldo de 9,4 milhões de euros.

De referir ainda a despesa com ativos financeiros no valor de 55,5 milhões de euros, decorrente da aplicação do saldo da gerência anterior (50,5 milhões de euros) e de parte do saldo de 2021 (5 milhões de euros).

A situação económico-financeira mantém-se positiva, verificando-se assim, que para cumprir os objetivos do Fundo, os proveitos gerados foram suficientes para fazer face à despesa, gerando ainda, um resultado líquido de 9,4 milhões de euros. O balanço evidencia uma variação positiva de 9,4 milhões de euros, destacando-se os Ativos financeiros correntes que compreendem as aplicações financeiras em CEDIC no montante de 122,1 milhões de euros.

Em 2022, o Fundo tenciona continuar a dar prioridade ao aumento da execução financeira, e dessa forma mobilizar esforços significativos para prosseguir com o financiamento das operações necessárias à reabilitação e conservação do património imobiliário do Estado em utilização por parte dos serviços e organismos públicos, e ainda financiar as operações de remoção do amianto em imóveis do domínio público e privado do Estado e em imóveis propriedade dos institutos públicos e das empresas públicas do Setor Empresarial do Estado.



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Pretende-se ainda, prosseguir com a divulgação do Fundo junto dos serviços e organismos públicos que utilizem ou ocupem imóveis da titularidade do Estado, por forma a estes tenham melhor conhecimento da realidade do objeto e finalidade do Fundo.

Ao nível dos procedimentos de apreciação e aprovação das candidaturas, no que respeita ao processo de operacionalização de apresentação de candidaturas online, mantém-se o propósito de concretizar este objetivo, que está dependente do desenvolvimento do projeto de implementação da plataforma de gestão de património imobiliário público, que se encontra em fase de preparação de um concurso público internacional a lançar pela DGTF, o qual enquadra várias vertentes no contexto das respetivas competências em matéria patrimonial, bem como a inclusão de um módulo específico para o FRCP.

A COMISSÃO DIRETIVA

Maria João Araújo
(Presidente)

Miguel Marques dos Santos
(Vogal)

Liliana Fonseca Lourenço
(Vogal)



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Anexos

Demonstrações Financeiras

- Balanço
- Demonstração de Resultados por Natureza
- Demonstração das Alterações do Patrimônio Líquido
- Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Demonstrações Orçamentais

- Demonstração de Desempenho Orçamental
- Demonstração de Execução Orçamentas da Receita
- Demonstração de Execução Orçamentas da Despesa
- Demonstração de Alterações Orçamentais da Receita
- Demonstração de Alterações Orçamentais da Despesa

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Balanco

Rubricas	Notas	2021	2020
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		-	-
Propriedades de investimento		-	-
Ativos intangíveis		-	-
Ativos biológicos		-	-
Participações financeiras		-	-
Devedores por emprést bonif e subreembols		-	-
Clientes, contribuintes e utentes		-	-
Acionistas/sócios/associados		-	-
Diferimentos		-	-
Outros ativos financeiros		-	-
Ativos por impostos diferidos		-	-
Outras contas a receber		-	-
Ativo corrente			
Inventários		-	-
Ativos biológicos		-	-
Devedores por transfer e sub não reembols		-	-
Devedores por emprést bonif e subreembols		-	-
Clientes, contribuintes e utentes		-	-
Estado e outros entes públicos		-	-
Acionistas/sócios/associados		-	-
Outras contas a receber		7 641,71	6 643,78
Diferimentos		-	-
Ativos financeiros detidos para negociação		-	-
Outros ativos financeiros	18	122 099 509,37	66 566 419,10
Ativos não correntes detidos para venda		-	-
Caixa e depósitos		4 446 330,56	50 533 090,27
Total do Ativo		126 553 481,64	117 106 153,15
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio/Capital		-	-
Ações (quotas) próprias		-	-
Outros instrumentos de capital próprio		-	-
Prêmios de emissão		-	-
Reservas		-	-
Resultados transitados		117 104 492,20	79 359 321,35
Ajustamentos em ativos financeiros		-	-
Excedentes de revalorização		-	-
Outras variações no patrimônio líquido		-	-
Resultado líquido do período		9 447 079,00	37 745 170,85
		126 551 571,20	117 104 492,20
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões		-	-
Financiamentos obtidos		-	-
Fornecedores de investimentos		-	-
Fornecedores		-	-
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		-	-
Diferimentos		-	-
Passivos por impostos diferidos		-	-
Outras contas a pagar		-	-
Passivo corrente			
Credores transfer e sub não reembolsáveis		-	-
Fornecedores		-	-
Adiant de clientes, contribuintes utentes		-	-
Estado e outros entes públicos		-	-
Acionistas/sócios/associados		-	-
Financiamentos obtidos		-	-
Fornecedores de investimentos		-	-
Outras contas a pagar		1 910,44	1 660,95
Diferimentos		-	-
Passivos financeiros detidos para negociação		-	-
Outros passivos financeiros		-	-
Total Passivo		1 910,44	1 660,95
Patrimônio Líquido e Passivo		126 553 481,64	117 106 153,15

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Demonstração de Resultados por Natureza

Rendimentos e Gastos	Notas	2021	2020
Impostos, contribuições e taxas		-	-
Vendas		-	-
Prestações de serviços e concessões		-	-
Transferências e subsídios correntes obtidos	14, 23.1	11 349 665,49	39 611 005,12
Rend/Gast imputentcont,assoc e empconj		-	-
Variações nos inventários da produção		-	-
Trabalhos para a própria entidade		-	-
Custo das merc vend e das matérias consum		-	-
FSE-Trab Especializ-Estudos, Ec-Financ e Auditori	23.2	-1 716,40	-
Fornecimentos e serviços externos		-1 716,40	-
Gastos com pessoal		-	-
Trans e Subs Conc-Transferênc Correntes Concedida	23.3	-1 911 032,71	-1 870 984,22
Transferências e subsídios concedidos		-1 911 032,71	-1 870 984,22
Prestações sociais		-	-
Impde invente ativos biol (perdas/revers)		-	-
Imparid de dívidas a receber(perdas/revers)		-	-
Provisões (aumentos/reduções)		-	-
Imp invest não dep/amortiz(perdas/revers)		-	-
Aumentos/reduções de justo valor		-	-
Outros rendimentos		-	-
Outros gastos	23.4	-3 387,56	-1 716,65
Resultados antes depreciações e gastos de financiamento		9 433 528,82	37 738 304,25
Gastos/reversões de depreciação e amortização		-	-
Imparid invest dep/amortiz(perdas/revers)		-	-
Resultados operacionais (antes de gastos de financiamento)		9 433 528,82	37 738 304,25
Juros e rendimentos similares obtidos	23.5	13 550,18	6 866,60
Juros e gastos similares suportados		-	-
Resultado antes de impostos		9 447 079,00	37 745 170,85
Imposto sobre o rendimento		-	-
Resultado líquido do período		9 447 079,00	37 745 170,85



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Demonstração das Alterações do Patrimônio Líquido

Descrição	Notas	Patrimônio Líquido atribuído aos detentores do Patrimônio Líquido da entidade que controla										Interesses que não controlam	Total do patrimônio líquido
		Capital/ Patrimônio Subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instr. capital própria	Prêmios de emissão	Reservas	Resultados transitados	Ajust em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras varl patr líquido	Resultado líquido do período		
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO (1)		-	-	-	-	-	79 359 321,35	-	-	-	37 745 170,85	-	117 104 492,20
ALTERAÇÃO NO PERÍODO													
Ajustamentos de transição de ref. contábilístico													
Alterações de políticas contábilísticas													
Correção de erros materiais													
Diferenças de conv.de demonstrações financeiras													
Realização de excedentes de revalorização													
Excedentes de revalorização e resp. variações													
Transferências e subsídios de capital													
Outras alt. reconhecidas no Patrimônio Líquido	(2)												
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (3)													
RESULTADO INTEGRAL (4) = (2)+(3)											9 447 079,00	0,00	9 447 079,00
OPERAÇÃO COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO											9 447 079,00	0,00	9 447 079,00
Subscrições de capital/patrimônio													
Subscrições de prêmios de emissão													
Entradas para cobertura de perdas													
Outras operações							37 745 170,85				-37 745 170,85		
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO (6) = (1)+(2)+(3)+(4)+(5)							117 104 492,20				9 447 079,00		126 551 571,20

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Demonstração de Fluxos de Caixa

Rubricas	Notas	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais:			
Recebimentos de clientes			157 591,13
Recebimentos de contribuintes			
Recebimentos transferências e subsídios correntes		11 321 949,03	39 275 869,32
Recebimentos de utentes			
Pagamentos a fornecedores		-1 716,40	
Pagamentos ao pessoal			
Pagamentos a contribuintes / utentes			
Pagamentos de transferências e subsídios			-92 590,56
Pagamentos de prestações sociais			
Caixa gerada pelas Operações		11 320 232,63	39 340 869,89
Pagamento / recebimento do Imp sobre rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		-3 138,07	15 360,87
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		11 317 094,56	39 356 230,76
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitante a:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Propriedades de Investimento			
Investimentos financeiros			
Outros ativos		-1 911 032,71	-1 778 393,66
Recebimentos proveniente de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Propriedades de Investimento			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento		27 716,46	162 109,53
Transferências de capital			
Juros e rendimentos similares		12 552,25	297,09
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-1 870 764,00	-1 615 987,04
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos proveniente de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de cap e de out instrumentos de cap			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamento respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Reduções de cap e de outros instrumentos de cap			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento(c)			
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		9 446 330,56	37 740 243,72
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes de cx no início do per		117 099 509,37	79 359 265,65
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do per		126 545 839,93	117 099 509,37
CONCiliação ENTRE CX E SEUS EQUIV E SALDO GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes de cx no início do período		117 099 509,37	79 359 265,65
-Equivalentes a caixa no início do período		-66 566 419,10	-66 566 419,10
+Parte do SG que não constitui equiv. de caixa			
-Variações cambiais de caixa no início do período			
= Saldo da gerência anterior (SGA)		50 533 090,27	12 792 846,55
SGA De execução orçamental		50 533 090,27	12 792 846,55
SGA De operações de tesouraria			
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		126 545 839,93	117 099 509,37
-Equivalentes a caixa no fim do período		-122 099 509,37	-66 566 419,10
+Parte do SG que não constitui equiv. de caixa			
-Variações cambiais de caixa no início do período			
= Saldo da gerência anterior (SGA)		4 446 330,56	50 533 090,27
SGS De execução orçamental		4 446 330,56	50 533 090,27
SGS De operações de tesouraria			



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Anexo às Demonstrações Financeiras

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

1.1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E PERÍODO DE RELATO

Designação: Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial

Endereço: Rua da Alfândega, n.º 5-1.º, 1149-008 Lisboa

Código da classificação orgânica: 05.1.06.01.00

Tutela: Ministério das Finanças

Regime financeiro: Registado como Serviço e Fundo Autónomo

Legislação:

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 162/2008, de 24 de outubro determinou a constituição do Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial, no âmbito do Ministério das Finanças.
- Decreto-Lei n.º 24/2009, de 21 de janeiro procedeu à criação do Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial, com a natureza de património autónomo sem personalidade jurídica, dotado de autonomia administrativa e financeira.
- Portaria n.º 293/2009, de 24 de março aprovou o Regulamento de Gestão do Fundo.
- Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que confere nova redação aos artigos 2.º e 4.º do Decreto-lei n.º 24/2009, de 21 de janeiro.
- Portaria n.º 278/2012, de 14 de setembro, alterada pela Portaria n.º 222-A/2016, de 12 de agosto, pela Portaria n.º 397/2019, de 21 de novembro e Portaria n.º 309-D/2020, de 31 de dezembro, aprovou a regulamentação do princípio da onerosidade em relação à ocupação e utilização dos imóveis do Estado pelos serviços e organismos públicos e fixou a afetação ao Fundo de 50% da receita daquela proveniência.

Estrutura organizacional efetiva:

O Fundo é gerido por uma Comissão Diretiva, constituída, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 24/2009, de 21 de janeiro, por três membros, nomeados por despacho do membro do Governo responsável pela área das finanças, não auferindo qualquer remuneração pelo exercício das suas funções e sendo o presidente, por inerência, o Diretor Geral do Tesouro e Finanças.

O mandato dos membros da comissão diretiva tem a duração de três anos.

Sem prejuízo das competências legalmente atribuídas a outras entidades, o controlo e fiscalização da gestão do Fundo são exercidos pela Inspeção-Geral de Finanças.

O Fundo funciona junto da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, a qual assegura o apoio técnico, administrativo e logístico necessário ao respetivo funcionamento.

1.2. REFERENCIAL CONTABILISTICO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Referencial contábilístico

As demonstrações financeiras do FRCP foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), alterado pelo Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro, e que integra a estrutura conceptual da informação financeira pública, as normas de contabilidade pública e o plano de contas multidimensional

As demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2021 dão uma imagem verdadeira e apropriada dos ativos, passivos e resultados do Fundo.

No decorrer do exercício de 2021 não existiram, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista no SNC-AP, que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras

b) Comparabilidade

Os valores constantes das demonstrações financeiras de 2021 extraídas do sistema GEFIP – Gestão de Recursos Financeiros em modo Partilhado são comparáveis com os valores de exercício de 2020.

e) Valores de depósitos à ordem

O Fundo para fazer face ao seu objetivo e finalidade, dispõe de uma conta aberta junto da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, EPE (IGCP) que apresentavam os seguintes montantes conforme mapa seguinte:

31/12/2021	31/12/2020
4 446 330,56	50 533 090,27

2- PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

2.1 BASES DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com a NCP 1 – Estrutura Conteúdo das Demonstrações Financeiras e são apresentadas em euros.

A seleção da base de mensuração para ativos e passivos contribui para alcançar os objetivos de relato financeiro, proporcionando informação que permite aos utilizadores avaliarem a capacidade do FRCP de financiar as suas atividades.

2.2 OUTRAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES

Apresentação apropriada e conformidade com as NCP

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do FRCP, bem como, a representação fiel de outros acontecimentos e condições, de acordo com as definições e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na Estrutura Conceptual e nas NCP.



S. R.
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Informação Comparativa

A informação comparativa foi divulgada em observação ao período anterior para as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas que foram adotadas de maneira consistente ao longo do tempo.

Consistências de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, desta forma é proporcionada informação fiável para as entidades.

Materialidade e agregação

A referência da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. As demonstrações apresentadas resultam da agregação em classes e contas principais de acordo com a sua natureza, que constituem itens do balanço, demonstração dos resultados, demonstração das alterações no património líquido e demonstração de fluxos de caixa.

Compensação

Dado a sua importância, os ativos e os passivos e os rendimentos e os gastos não foram sujeitos a compensação, sendo divulgados separadamente.

Continuidade

As demonstrações financeiras do FRCP foram preparadas na base da continuidade das operações.

2.3 -JULGAMENTOS

Na preparação das demonstrações financeiras foram cumpridas as condições no âmbito das transferências recebidos e concedidos.

2.4 -PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, o FRCP continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade, de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

3- ATIVOS INTANGÍVEIS

O FRCP não detém ativos intangíveis.

4- ACORDOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS: CONCEDENTE

O FRCP não efetuou nenhum acordo de concessão de serviços.

5 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

O FRCP não detém ativos tangíveis.

6 – LOCAÇÕES

O FRCP não detém ativos em regime de locação.

7 – CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a rubrica de financiamentos obtidos é nula, uma vez que o FRCP não recorre a empréstimos como forma de financiamento.

8 – PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de propriedades de investimentos é nula, uma vez que O FRCP não detém bens de domínio público, terrenos e recursos naturais, edifícios e outros construções ou quaisquer outras propriedades de investimento.

9 – IMPARIDADE DE ATIVOS

Não se verificam imparidades de ativos.

10 – INVENTÁRIOS

O FRCP não dispõe de inventários.

11 – AGRICULTURA

O FRCP não detém ativos biológicos ou produtos agrícolas.

12 – CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO

O FRCP não detém contratos de construção.

13 – RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO

O FRCP não dispõe de rendimentos de transações com contraprestação.

14 – RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÕES

Os rendimentos das transações sem contrapartidas, nomeadamente, as transferências subsídios correntes obtidos são mensurados pela quantia do aumento ativo reconhecido pela entidade.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os rendimentos de transações sem contraprestações tem a seguinte decomposição:

Rendimentos	31/12/2021	31/12/2020
Transferências e subsídios correntes obtidos	11 349 665,49	39 611 005,12

15 – PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTE

O FRCP não dispõe de provisões, passivos contingentes e ativos contingente.

16 – EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

O FRCP não efetua transações em moedas diferentes, pelo que não ocorreram efeitos de alterações em taxas de câmbio.

17 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE RELATO

Não ocorreram acontecimentos, tanto favoráveis como desfavoráveis, entre a data de relato e a data em que as demonstrações financeiras que ocorram são autorizadas para emissão.

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão em 30/04/2022 pela Comissão Diretiva.

18 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2020, os ativos financeiros têm a seguinte decomposição.

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Apuramentos				Diminuições		Quantia escriturada final
		Compras	Ganhos de justo valor	Reversões por perda por imparidade	Outros	Alienações	Perdas de justo valor	
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados								
Ativos financeiros detidos para negociação Participações financeiras - justo valor								
Outros ativos financeiros	66 566 419,10	55 533 090,27						122 099 509,37
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado								
Participações financeiras - justo valor								
Outros ativos financeiros								
Total	66 566 419,10	55 533 090,27						122 099 509,37

Os ativos descritos no quadro são respeitantes a Certificados especiais de dívida de curto prazo (CEDIC), conforme abaixo discriminado:

Entidade			Valor no final do período			Observações
Denominação	Natureza da Entidade	NIPC	Valor subscrito	Data subscrição	Valor contabilístico a 31/12/2021	
IGCP. E.P.E	Entidade Pública	503756237	5 846 615,66	04/01/2021	5 846 615,66	Reaplicação CEDIC
			797 000,00	22/01/2021	797 000,00	Reaplicação CEDIC
			1 009 170,00	01/03/2021	1 009 170,00	Reaplicação CEDIC
			26 738 084,82	02/03/2021	26 738 084,82	Reaplicação CEDIC
			858 837,98	22/03/2021	858 837,98	Reaplicação CEDIC
			2 316 309,02	31/05/2021	2 316 309,02	Reaplicação CEDIC
			2 901 324,93	28/06/2021	2 901 324,93	Reaplicação CEDIC
			5 937 032,00	02/08/2021	5 937 032,00	Reaplicação CEDIC
			706 577,59	27/09/2021	706 577,59	Reaplicação CEDIC
			3 408 266,79	18/10/2021	3 408 266,79	Reaplicação CEDIC
			1 103 879,22	01/11/2021	1 103 879,22	Reaplicação CEDIC
			14 943 321,09	06/12/2021	14 943 321,09	Reaplicação CEDIC
			5 000 000,00	31/12/2021	5 000 000,00	Subscrição CEDIC
			50 533 090,27	31/12/2021	50 533 090,27	Subscrição CEDIC
Total			122 099 509,37		122 099 509,37	

19 – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

O FRCP não dispõe de mapa de pessoal. Conforme determina o n.º 3 do artigo 2º do regulamento de Gestão do FRCP, aprovado pela Portaria n.º 293/2009, de 24 de março, o Fundo funciona junto DGTF, a qual assegura o apoio técnico, logístico e administrativo à respetiva comissão diretiva.

20 – DIVULGAÇÕES DE PARTES RELACIONADAS

O Fundo não esteve sujeito ao controlo nem teve qualquer tipo de controlo sobre outras entidades, pelo que não existem relacionamentos a divulgar.

O FRCP funciona sob a tutela do Ministro das Finanças.

23 -OUTRAS DIVULGAÇÕES**23.1 —TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CORRENTES OBTIDOS**

O valor inscrito na rubrica transferências e subsídios correntes respeita a receita obtida pela afetação do produto da alienação, da oneração, do arrendamento e da cedência de utilização de imóveis do Estado e receita decorrente da aplicação do princípio da onerosidade, nos termos da Portaria n.º 278/2012, de 14 de setembro.

O valor inscrito na referida rubrica, no montante 11.349.665,49 €, encontra-se detalhado conforme mapa seguinte:

Designação	Valor
Restituição emitida (Abate à receita)	-13 921,37
Princípio de Onerosidade	11 160 675,00
Juros pelo diferimento do pagamento do preço da venda dos imóveis	13 158,52
Arrendamento e cedência de utilização de imóveis do Estado - Terrenos	16 748,67
Arrendamento e cedência de utilização de imóveis do Estado - Imóveis	145 288,21
Alienação de Imóveis	27 716,46
Total	11 349 665,49

23.2— DESAGREGAÇÃO DA RUBRICA FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

O valor inscrito na rubrica fornecimentos e serviços externos no montante 1.716,40 € refere-se ao pagamento de Emolumentos ao Tribunal de Contas - Homologação da Verificação Interna da Conta de Gerência n.º 3870/2018.

23.3 — DESAGREGAÇÃO DA RUBRICA TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CONCEDIDOS

O valor inscrito na rubrica transferências e subsídios concedidos, no montante de 1.911.032,71 €, respeita aos pagamentos efetuados aos serviços beneficiários do FRCP no âmbito de operações de reabilitação e conservação de acordo com o mapa seguinte:

Âmbito	RCE	Entidade Beneficiária	Valor
RC	080301	Polícia de Segurança Pública	126 497,62
RC	080301	Direção Regional de Cultura do Norte	119 501,01
RC	080301	Secretaria-Geral do Ministério das Finanças	7 995,94
RC	080301	Academia Nacional de Belas Artes	285 986,29
RC	080301	Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros	578 267,44
RC	080306	Casa Pia de Lisboa, I.P.	193 338,40
PRA	080301	Força Aérea Portuguesa	540 970,92
PRA	080306	Instituto Politécnico de Leiria	58 475,09
Total			1 911 032,71

23.4— DESAGREGAÇÃO DA RUBRICA OUTROS GASTOS

O valor inscrito em outros gastos, no montante de 3.387,56 €, decorreu do IRC referente às aplicações financeiras em CEDIC.

23.5—JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

Os juros e rendimentos similares correspondem aos rendimentos provenientes de aplicações financeiras em CEDIC.

23.6 — RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO

O resultado líquido do período de 2021, apurado no montante de 9.447.079,00 €, será incorporado em resultados transitados no ano de 2022.

Salienta-se que parte deste resultado, no montante de 5.000.000,00 €, foi aplicado em CEDIC, nos termos do Despacho n.º 12447-A/2021, publicado no Diário da República, 2.ª série, nº 245 de 21 de dezembro de 2021. Desse procedimento, resultou que o saldo da gerência seguinte foi de 4.446.330,56 €.



Demonstrações Orçamentais

Demonstração de Despesa Orçamental



S. R.
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Demonstração de Execução Orçamental da Receita

Rubrica	Descrição	Previsões Corrigidas (1)	Receita por cobrar de períodos anteriores (2)	Receitas Liquidadas (3)	Liquidações Anuladas (4)	Receitas Cobradas brutas (5)	Reembolsos e Restituições		Receitas cobradas líquidas			Receitas por cobrar no final do período (11)	Grau de execução orçamental (12)=(10)/(1)*100
							Emittidos (6)	Pagos (7)	Períodos anteriores (8)	Período corrente (9)	Total (10)=(5)+(7)-(8)		
R.05.03.01.01.78	Receita corrente Receitas Proprias - CED/C-Adm.Central - Estado	12 000,00	-	12 552,25	-	12 552,25	-	-	-	12 552,25	12 552,25	-	104,6%
R.06.03.01.01.78	Receitas Proprias - ADM/Central-Estado	15 000 000,00	-	11 335 870,40	13 921,37	11 335 870,40	13 921,37	13 921,37	-	11 321 949,03	11 321 949,03	-	75,5%
R.10.03.01.01.78	Receita de capital Receitas Impostos - Estado-ADM-Centra	29 064,00	-	27 716,46	-	27 716,46	-	-	-	27 716,46	27 716,46	-	95,4%
R.16.01.03.01.78	Saldo de Gerência na posse do serviço	50 533 091,00	-	50 533 090,27	-	50 533 090,27	-	-	-	50 533 090,27	50 533 090,27	-	100,0%
	Total	65 574 155,00	-	61 909 229,38	13 921,37	61 909 229,38	13 921,37	13 921,37	-	61 895 308,01	61 895 308,01	-	94,4%

43



S. R.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Demonstração de Execução Orçamentária da Despesa

Rubrica	Descrição	Despesas por pagar períodos anteriores (1)	Dotações Corrigidas (2)	Cativos/ Docativos (3)	Cabimentos (4)	Compromissos (5)	Obrigações (6)	Despesa paga/ líquidas de reposições		Compromissos a transferir (10)=(5)-(6)	Obrigações por pagar (11)=(6)-(9)	Grau de Execução (12)=(9)/(2)+100	Comp Assum Futuros N+1 (1)
								Períodos anteriores (7)	Período Corrente (8)=(7)+(9)				
Despesa Corrente													
D.02.02.25.40.00	Aquisição de Bens e Serviços Correntes - Outros Serviços	-	26 974,00	25 257,60	1 716,40	1 716,40	1 716,40	-	1 716,40	1 716,40	-	6,4%	-
D.02.02.25.80.00	Aquisição de Bens e Serviços Correntes - Outros Serviços	-	118 000,00	118 000,00	-	-	-	-	-	-	-	0,0%	-
D.06.03.01.40.00	Outras Despesas Correntes - Taxas e Impostos	-	3 143,00	-	3 139,01	3 138,07	3 138,07	-	3 138,07	3 138,07	-	99,8%	-
D.06.02.03.80.00	Outras Despesas Correntes - Outras	-	300,00	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0%	-
Despesa de capital													
D.08.03.01.19.50	Transferência de Capital - SGMAI	-	100 000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0%	-
D.08.03.01.19.73	Transferência de Capital - SEF	-	678 400,00	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0%	-
D.08.03.01.19.74	Transferência de Capital - PSP	-	517 322,00	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0%	-
D.08.03.01.19.78	Transferência de Capital - SGMSSS	-	718 410,00	-	517 321,31	260 151,26	126 497,62	-	126 497,62	126 497,62	-	24,5%	-
D.08.03.01.22.33	Transferência de Capital - DGSS	-	326 686,00	-	646 567,78	646 567,78	-	-	-	-	-	0,0%	71 840,86
D.08.03.01.22.86	Transferência de Capital - DRCN	-	119 502,00	-	119 501,01	119 501,01	119 501,01	-	119 501,01	119 501,01	-	100,0%	-
D.08.03.01.24.02	Transferência de Capital - DRAPLVT	-	168 468,00	-	168 467,64	168 467,64	-	-	-	168 467,64	-	0,0%	-
D.08.03.01.24.04	Transferência de Capital - DRAP Algarve	-	41 513,00	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0%	-
D.08.03.01.26.18	Transferência de Capital - SGECE	-	532 800,00	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0%	-
D.08.03.01.27.93	Transferência de Capital - Força Aérea	-	540 971,00	-	540 970,92	540 970,92	540 970,92	-	540 970,92	540 970,92	-	100,0%	-
D.08.03.01.29.44	Transferência de Capital - DRAP NORTE	-	88 045,00	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0%	-
D.08.03.01.31.30	Transferência de Capital - AT	-	501 840,00	-	351 920,00	-	-	-	-	-	-	0,0%	-
D.08.03.01.42.37	Transferência de Capital - SGMNE	-	92 134,00	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0%	-
D.08.03.01.43.88	Transferência de Capital - SGMPCM	-	578 268,00	-	578 267,44	578 267,44	578 267,44	-	578 267,44	578 267,44	-	100,0%	-
D.08.03.01.44.03	Transferência de Capital - GAF Cultura	-	1 637 821,00	-	560 799,66	296 470,56	285 986,29	-	285 986,29	285 986,29	-	17,5%	-
D.08.03.01.44.32	Transferência de Capital - SGMF	-	12 321,00	-	12 320,67	7 995,94	7 995,94	-	7 995,94	7 995,94	-	64,9%	-
D.08.03.01.44.37	Transferência de Capital - DGTF	-	200 000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0%	-
D.08.03.06.53.12	Transferência de Capital - UE	-	906 214,00	-	738 826,34	-	-	-	-	-	-	0,0%	-
D.08.03.06.53.89	Transferência de Capital - IP Leiria	-	242 557,00	-	242 556,98	242 556,98	58 475,09	-	58 475,09	58 475,09	-	24,1%	1 394 477,44
D.08.03.06.56.19	Transferência de Capital - IEFP	-	527 281,00	-	192 920,00	-	-	-	-	-	-	0,0%	-
D.08.03.06.58.09	Transferência de Capital - CPL, I.P.	-	585 816,00	-	220 418,02	193 338,40	193 338,40	-	193 338,40	193 338,40	-	33,0%	-
D.08.03.06.58.58	Transferência de Capital - DGPC	-	137 283,00	-	137 282,74	137 282,74	-	-	-	137 282,74	-	0,0%	-
D.08.03.06.65.62	Transferência de Capital - CHO	-	466 385,00	-	65 805,00	65 805,00	-	-	-	65 805,00	-	0,0%	-
D.09.02.05.10.30	Ativos Financeiros - Administração Pública Central - Estado	-	55 533 091,00	-	55 533 090,27	55 533 090,27	55 533 090,27	-	55 533 090,27	55 533 090,27	-	100,0%	-
D.11.02.00.40.00	Outras Despesas de Capital - Diversas	-	172 607,00	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0%	-
Total		-	65 574 155,00	143 557,60	60 631 891,19	58 795 320,41	57 448 977,45	-	57 448 977,45	57 448 977,45	-	87,6%	1 466 318,30

44



S. R.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Demonstração de Alterações Orçamentais da Receita

Rubricas (1)	Descrição	Tipo (2)	Previsões Iniciais(3)	Inscrições/Reforços(4)	Diminuições/Anulações (5)	Créditos Especiais (6)	Prev. Corrigidas (7) = 3+4-5+6	Observações (8)
R1	Receita fiscal							
R1.1	Impostos diretos							
R1.2	Impostos indiretos							
R2	Contribuições para a segurança social, CGA e ADSE							
R3	Taxas, multas e outras penalidades							
R4	Rendimentos de propriedade							
R5	Transferências e subsídios correntes		12 000,00				12 000,00	
R5.1	Transferências correntes		15 000 000,00				15 000 000,00	
R5.1.1	Administrações Públicas		15 000 000,00				15 000 000,00	
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português		15 000 000,00				15 000 000,00	
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades							
R5.1.1.3	Segurança Social							
R5.1.1.4	Administração Regional							
R5.1.1.5	Administração Local							
R5.1.2	Exterior - U E							
R5.1.3	Outras							
R5.2	Subsídios correntes							
R6	Venda de bens e serviços							
R7	Outras receitas correntes							
R8	Venda de bens de investimento							
R9	Transferências e subsídios de capital							
R9.1	Transferências de capital		29 064,00				29 064,00	
R9.1.1	Administrações Públicas		29 064,00				29 064,00	
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português		29 064,00				29 064,00	
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades							
R9.1.1.3	Segurança Social							
R9.1.1.4	Administração Regional							
R9.1.1.5	Administração Local							
R9.1.2	Exterior - U E							
R9.1.3	Outras							
R10	Outras receitas de capital							
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos							
R12	Receita com ativos financeiros							
R13	Receita com passivos financeiros							
R14	Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	M		50 533 091,00			50 533 091,00	Integração Saldo de Gerência



S. R.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Demonstração de Alterações Orçamentais da Despesa

Rubricas (1)	Descrição	Tipo (2)	Dotações Iniciais(3)	Inscrições/Reforços(4)	Diminuições/Anulações(5)	Créditos Especiais(6)	Dot. Corrigidas (7) = 3+4-5+6	Observações (8)
D1	Despesas com o pessoal							
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes							
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais							
D1.3	Segurança social							
D10	Despesa com passivos financeiros							
D2	Aquisição de bens e serviços		143 000,00				143 000,00	
D2	Aquisição de bens e serviços						1 974,00	
D3	Juros e outros encargos			1 974,00				
D4	Transferências e subsídios correntes	P						
D4.1	Transferências correntes							
D4.1.1	Administrações Públicas							
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português							
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades							
D4.1.1.3	Segurança Social							
D4.1.1.4	Administração Regional							
D4.1.1.5	Administração Local							
D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo							
D4.1.3	Famílias							
D4.1.4	Outras							
D4.2	Subsídios correntes							
D5	Outras despesas correntes		3 030,00				3 030,00	
D5	Outras despesas correntes			413,00			413,00	
D6	Aquisição de bens de capital	P						
D7	Transferência e subsídios de capital							
D7.1	Transferências de capital		10 871 116,00	2 136 275,00	3 287 351,00		9 720 040,00	
D7.1.1	Administrações Públicas		10 871 116,00	2 136 275,00	3 287 351,00		9 720 040,00	
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português		10 871 116,00	2 136 275,00	3 287 351,00		9 720 040,00	
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português		5 745 497,00				5 745 497,00	
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	P		1 756 435,00	647 428,00		1 109 007,00	
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades		5 125 619,00				5 125 619,00	
D7.1.1.3	Segurança Social	P		379 840,00	2 639 923,00		-2 260 083,00	
D7.1.1.4	Administração Regional							
D7.1.1.5	Administração Local							
D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo							
D7.1.3	Famílias							
D7.1.4	Outras							
D8	Outras despesas de capital							
D8	Outras despesas de capital	P	4 023 918,00				4 023 918,00	
D9	Despesa com ativos financeiros	M		50 533 091,00	3 851 311,00		-3 851 311,00	
D9	Despesa com ativos financeiros	P		5 000 000,00			50 533 091,00	
D9	Despesa com ativos financeiros						5 000 000,00	